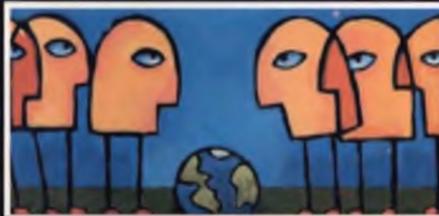
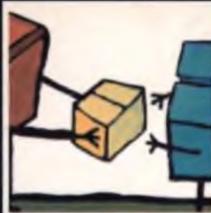


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof.ª. Dr.ª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.ª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N° 78

Ed. OK, 2° andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

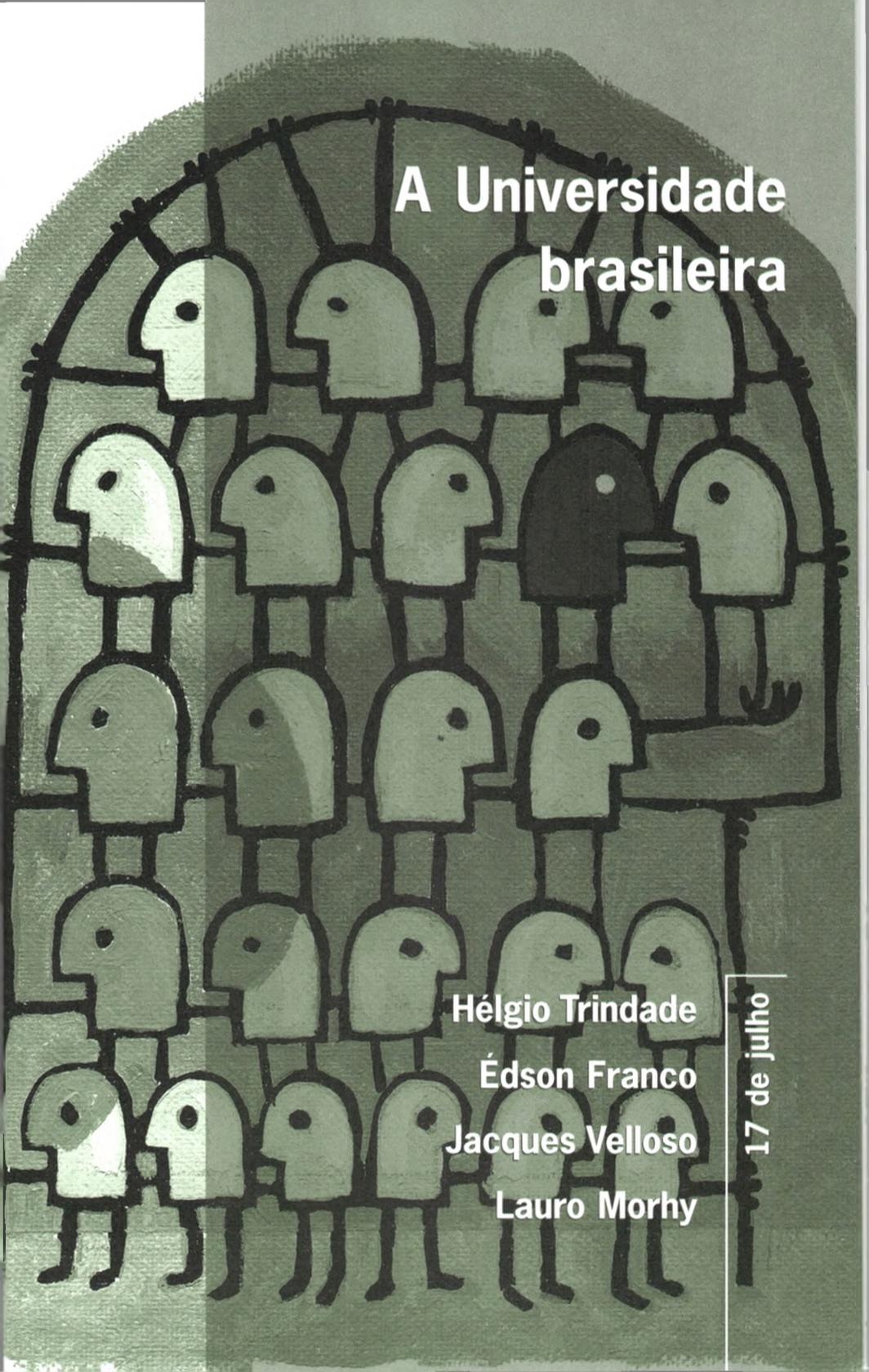
Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499



A Universidade brasileira

Hélgio Trindade

Édson Franco

Jacques Velloso

Lauro Morhy

17 de julho

Reinventar a universidade: por uma nova reforma universitária

Helgio Trindade

Introdução

A *via crucis* a que foram submetidas as universidades federais nas últimas décadas, está conduzindo as instituições públicas de ensino superior à morte lenta por asfixia financeira. Entre o discurso oficial e ausência de uma política clara por parte do MEC foram-se oito anos sem resultados substantivos.

Apesar da longa permanência de um mesmo Ministro à testa do MEC – somente comparável ao longo ministério de Gustavo Capanema da época de Vargas (que, ao contrário, fundou o sistema nacional público de educação superior – o governo atual transmite uma herança contraditória: a **fragilização do sistema público federal e a expansão descontrolada do sistema privado**).

Um dos especialistas do governo, apoiando-se no último documento do Banco Mundial, tentou legitimar *ex post* a ação governamental no campo da educação superior: denominando-a “revolução silenciosa da educação superior”.¹ Referia-se

Helgio Trindade é Doutor em Ciência Política pela Universidade de Paris. Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Centro Interdisciplinar de Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Superior. Autor de vários livros e capítulos de livros publicados nas áreas de Ciência Política, Educação, Ciência e Tecnologia.

naturalmente a uma série de medidas isoladas que não resultaram numa política coerente. Refiro-me, ao contrário, as sucessivas e frustradas tentativas de implantação da “autonomia universitária”; a implantação da nova versão da LDB reformulada por Darcy Ribeiro, o velho (para distinguí-lo de Darcy, o moço, da “Universidade necessária” e da UnB). **Todos esses elementos apontam para o verdadeiro eixo da ação governamental: a legitimação da hegemonia crescente do ensino superior privado.**

De fato, a engenharia governamental criou novos nichos para a expansão do sistema privado hegemônico: a estratégia midiática do “provão”; a autonomia dos “cursos sequenciais” e os “centros universitários”, que são a antecâmara das futuras universidades privadas. O que sobrou ainda nas públicas é o sistema de pós-graduação, cujos méritos decorrem mais das atividades dos professores-pesquisadores do que da ação governamental.

No recentíssimo e despretensioso livro, “A Era Fernando Henrique Cardoso”, editado pelo cientista político Bolívar Lamounier, constata-se que, apesar de seu caráter de balanço quase oficial, no capítulo intitulado Educação há um reconhecimento explícito do fracasso do governo no campo da educação superior. Lê-se o seguinte subtítulo: “A reforma universitária fica para depois”. O texto não deixa dúvida de que se trata de uma avaliação crítica: “o MEC deixou tarefa de reformar a universidade para o sucessor de FHC. Para um governo que, em nome da eficiência, se empenhou em vender empresas estatais e promover a reforma gerencial na administração direta, **é decepcionante que não tenha tentado desfazer os nós que amarram o ensino nas universidades públicas.**”

A necessidade de um amplo debate sobre a questão universitária

Os debates em torno da crítica situação em que se encontra o ensino superior federal público introduziram na agenda a urgência de se repensar em profundidade o futuro das universidades brasileiras. A problemática em pauta mostrou que, para além dos salários e dos recursos para a manutenção e recuperação das universidades federais está subjacente uma questão central: **qual o modelo de ensino superior que queremos construir para a sociedade brasileira?**

Desde a reforma de 1968, elaborada em pleno regime militar, implantaram-se as bases do atual sistema que esgotou sua capacidade inovadora. É urgente que se abra uma discussão nacional sobre tema, reunindo membros da comunidade acadêmica, das sociedades científicas e representantes do governo e da sociedade qualificados pela interface com a universidade, para debater e propor um conjunto de políticas estratégicas para o desenvolvimento do ensino superior e de ciência e tecnologia capazes de projetar, de forma inovadora, a instituição universitária para o futuro.

A deterioração crescente das universidades públicas federais se agudizou, nas últimas décadas, pela crise do financiamento de sua manutenção e expansão pelo MEC e pela redução crescente dos recursos destinados pelas agências de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico. Essa situação crítica das universidades públicas federais não pode, porém, mascarar a necessidade de se repensar o modelo de universidade atual.

Este debate fundamental para o desenvolvimento do país e para futuro da própria instituição universitária, supõe que

tenhamos a coragem de diagnosticar os pontos críticos do sistema universitário brasileiro, inclusive reconhecendo que a crise da instituição, em muitos aspectos, ultrapassa os limites de nosso país.

A crise não é apenas um tema recorrente na maioria dos países da América Latina, cujas universidades públicas de massa enfrentam também problemas agudos de financiamento e qualidade, especialmente nas áreas de pesquisa e pós-graduação, como vem sendo objeto de discussão e, até mesmo de reformas, na maioria dos países desenvolvidos.

O problema diz respeito ao conjunto das universidades públicas brasileiras sejam federais ou estaduais que precisam, urgentemente, repensar sua forma burocraticamente complexa implantada pela reforma de 1968 e reformular sua estruturação acadêmico-científica de forma criativa para responder aos desafios de uma sociedade em transformação econômico-social profunda. Se este é um desafio do novo governo, mais do que nunca ele é um desafio da comunidade universitária e de sua capacidade de auto-repensar-se de forma crítica e autônoma.

O destino da universidade pública brasileira, crucial para o nosso projeto de nação, não pode ser decidido unilateralmente pelos intelectocratas do governo ou pelos tecnocratas dos bancos internacionais.

Um ex-secretário executivo do MEC, do atual governo², sustentou que “a crise das universidades federais não poderá ser resolvida”. Questões substantivas da instituição universitária, num dos seus momentos mais críticos, são analisadas sem nenhuma identidade com o destino desse patrimônio acadêmico-científico nacional ao afirmar, com a maior frieza, que “o país não dispõe de *motivos*, nem de *recursos* para mantê-las.”

A questão perturbadora para a tecnocracia globalizada é que, adotado qualquer critério de avaliação no campo do ensino ou da pesquisa, inclusive o “provão”, o sistema de universidades públicas revela-se no conjunto indiscutivelmente melhor do que o sistema privado. Esta é a contradição não resolvida pelos seguidores da cartilha de que o mercado é sempre capaz de produzir os melhores resultados. Se algumas universidades privadas americanas de alto prestígio se mantêm com importantes doações de seus instituidores, esta não é a regra na Europa. Na Alemanha as dispendiosas universidades de pesquisa são públicas e gratuitas, para não falar da França em que o Estado tem o monopólio das universidades e das “grandes écoles” onde se forma a elite intelectual e política do país.

É preciso contextualizar o debate em termos mais amplos. Como salienta um especialista, as universidades latino-americanas na década dos 80 estavam na confluência “das pressões da demanda social, das possibilidades abertas pela democratização, das restrições financeiras impostas pela reforma do Estado e das transformações da educação superior nos países desenvolvidos”. Na década dos 90, porém, “o panorama econômico e político latino-americano pode ser caracterizado, por um lado, em função da generalização continental das políticas de corte neo-liberal, mas, por outro lado, por um certo desencanto e deslegitimação dessas receitas.”³

Hoje na América Latina, o processo de desmantelamento da universidade pública produz suas próprias metáforas: da “*universidade sitiada*” à “*universidade na encruzilhada*” ou da “*universidade desconstruída*” à “*universidade em ruínas*”.⁴ Esta última, simbolizada pela iconografia clássica da “torre de babel”, tem um duplo significado: de um lado, as ruínas físicas provocadas pela queda progressiva no financiamento das

universidades públicas federais, a partir dos governos da Nova República, que atinge o seu ápice, paradoxalmente, na “república dos professores”. De outro lado, as ruínas *institucionais* com seu efeito mais perverso: a erosão do próprio tecido acadêmico que se esgarça progressiva e perigosamente, inclusive por sua privatização interna na captação crescente de recursos externos compensatórios, decorrentes da erosão salarial e da queda no financiamento da pesquisa pelas agências governamentais.

Há, porém, outra dimensão a ser destacada como parte da dinâmica latino-americana e que se está implantando em velocidades diferenciadas: a *privatização crescente do ensino superior*. O Brasil figura como o exemplo mais perverso da hegemonia do setor privado (2/3 do total das matrículas) e o México como a situação oposta, com um processo mais lento de privatização da educação superior (1/3 das matrículas privadas). A precarização do espaço público se expressa, pois, na dupla face de Janus: por um lado, produzindo a corrosão da missão pública das universidades estatais; por outro, induzindo ou estimulando o processo de privatização da educação superior.

Outra dimensão é a penetração das “*universidades globais*” que derivam “da globalização crescente dos sistemas, impulsionados pela globalização da tecnologia e da economia”. Essa modalidade tem sido praticada por muitas universidades privadas brasileiras, sobretudo, no campo da pós-graduação a distância e, na Argentina, inclusive o sistema público: as universidades privadas competem com êxito, neste mercado com a assistência internacional”, assim como “existem também sistemas de *franchising* pelos quais a universidade matriz transfere programas, apóia com recursos, controla a qualidade e avalia os títulos de uma universidade local”⁵.

O desafio macro político: democratização versus privatização

Os dois traços dominantes na evolução da educação superior na América Latina, na segunda metade do século XX, podem ser resumidos em termos de **massificação e privatização**. O primeiro se traduz no rápido crescimento da matrícula no ensino superior, e o segundo na tendência generalizada de expansão das instituições privadas.

O principal desafio brasileiro atual, porém, consiste **na democratização do acesso ao ensino superior que assegure sua missão pública**, o que implica **enfrentar, por meio de políticas governamentais, os processos de mercantilização do setor privado e de privatização do setor público**.

Entre 1960 e 1980, a educação superior na América Latina experimentou um forte e desigual desenvolvimento, ingressando numa fase de **massificação da matrícula**. Em 1986, ela atinge a 6 milhões de estudantes e a taxa bruta de escolarização passa de 3% em 1980 para 15% em 1985. Em alguns países a taxa é superior a 20% (Argentina, Equador, Costa Rica e Venezuela); noutros fica entre 15 e 20% (Peru, Uruguai e Chile) e, as taxas mais baixas entre 10 e 20% estão na Bolívia, Brasil, Colômbia e México.

Comparando-se as taxas de crescimento em cinco países representativos da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México) pode-se avaliar o ritmo deste crescimento. O México e a Colômbia apresentam os índices mais altos entre 1970 e 1990: o primeiro, passa de 118.011 para 1.078.90 (índice 573) e o segundo, de 85.560 para 474.787 (índice 555). A Argentina e o Brasil expandem bastante sua população universitária, mas a velocidade é menos intensa do que o México e a Colômbia: de 274.634 (1970) e 1.077.212 (1990) e 430.473

a 1.570.860 com índices de crescimento respectivamente de 393 e 365. Segundo Brunner “a massificação da empresa educativa de nível pós-secundário trouxe consigo vários efeitos combinados: *mesocratização; feminilização; terciarização e privatização* da matrícula que atinge a um terço (1984) dos estudantes que estão em instituições privadas de educação superior”.

Nos anos 60, a **privatização** se manifesta ainda de forma incipiente: “ainda que tomada em seu conjunto, a expansão universitária foi um processo respaldado por iniciativas e planos de desenvolvimento, o ensino superior privado consolidou sua presença nos sistemas universitários do continente: em 1960, apenas 16,4% da matrícula estava nas instituições privadas, enquanto, em 1970, o percentual superava a 30%, o que representou um crescimento de quase cinco vezes em uma só década.” Como ressalta Rodrigues, “a pauta da privatização alcançou níveis notáveis em toda a região e num ritmo muito acelerado. No transcurso da década (90), o percentual de estudantes matriculados em universidades privadas passou de 30% para 45%, o que permite supor que na passagem do ano 2000 esta proporção deva ser equivalente a dos estabelecimentos públicos”, tornando a América Latina uma das regiões de “maior percentual no mundo de estudantes universitários dentro da opção privada.”⁶

O interessante, porém, é comparar a dinâmica desse crescimento espetacular do número de estudantes e sua incorporação nos setores público e privado do ensino superior. Em termos globais, “a matrícula privada vem incrementando sua participação percentual de forma sustentada. Enquanto em 1960 captavam 15,2% dos inscritos, em 1995 retém 38,1% dos alunos, o que significa estarem 2 milhões e meio de estudantes no setor privado.” Nessa expansão que se dá entre as décadas de 70-80,

passou de 164 estabelecimentos em 1960 à cifra atual de mais de 5.500. A grande maioria desses são instituições de ‘absorção de demanda estudantil’ cuja oferta se reduz a carreiras de alta procura e baixos custos operacionais e se comportam como ‘empresas lucrativas’, exceto algumas universidades confessionais, geralmente católicas e de elite, com ofertas educativas de alta qualidade.⁷

Os cinco países, referidos anteriormente, têm processos de expansão bem diferenciados. No *Brasil, Colômbia e Chile* observa-se que grande parte dessa expansão se faz pela via das instituições privadas. O Brasil é o caso extremo: a matrícula global se inverte: de 40% em 1960, o setor privado atinge 63% das matrículas em 1980 e a partir de 1994 atinge 65%, ficando, em conseqüência, o setor público reduzido a 35% dos estudantes. Somente a República Dominicana (71,2%) e El Salvador (69%) têm um sistema privado comparável ao do Brasil, embora exista forte expansão do setor privado também na Colômbia e Chile: entre 1970 e 1994, a proporção de estudantes em instituições privadas cresce de 45% para 64% na Colômbia e de 34% para 53% no Chile.

Na *Argentina* e no *México*, ainda que a tendência de expansão do setor privado de educação superior tenha se acentuado no período considerado, a importância do setor privado e o ritmo do seu crescimento é comparativamente menor: nos dois países referidos o peso da matrícula nas instituições privadas, em 1990, está num patamar bastante mais baixo: 15% e 17% respectivamente. A evolução mais recente indica uma tendência ao crescimento do setor privado em ambos os países, mas, para o conjunto da América Latina, o exemplo brasileiro é o mais perverso.

Além dos casos da *Colômbia* e *Chile*, o crescimento do ensino privado segue ritmos diferenciados segundo as tradições nacionais. As políticas neoliberais que dominam os países latino-americanos

atingem as instituições universitárias públicas, com a reforma do Estado. Em consequência, o financiamento das universidades públicas declinou e estimulou a expansão das instituições privadas. Investir em educação superior tornou-se um dos negócios mais rentáveis e, por isso, o *Brasil tornou-se o grande campeão da privatização da educação superior na América Latina: no ranking internacional sua posição é a 7º enquanto os Estados Unidos é o 20º na matrícula do setor privado!*

No caso brasileiro é importante ressaltar as diferenças regionais desse processo: quanto mais desenvolvido o Estado maior é o peso do ensino privado superior. No estados do Norte e Nordeste a presença das instituições públicas de educação superior é mais forte que nos Estados do Sudeste, onde a proporção de matrícula pública atinge em São Paulo 88% do total. A dinâmica da privatização, porém, expande-se em todas as regiões, ainda que em ritmos diferentes. A necessidade do rápido crescimento da educação superior é imperiosa para atender à demanda do desenvolvimento nacional e a pressão da expansão da oferta de estudantes de segundo grau. Se não houver nos próximos anos uma forte política de expansão da matrícula públicas, este processo se fará mais uma vez em benefício do setor privado.

Urge, pois, que o próximo governo implemente uma política agressiva de democratização do acesso à educação superior, cujo objetivo não confunda democratização com massificação e marcantilização da educação superior. Torna-se indispensável investir nas universidades públicas para que estas abram espaço para a expansão da demanda, preservando padrões de qualidade acadêmica, e que as instituições privadas respondam às exigências de padrões de referência do sistema público, induzidas a cumprir uma missão pública em benefício da sociedade brasileira.

As variantes dos modelos neoliberal: Chile, México e Brasil

Se examinarmos o impacto do Banco Mundial sobre as políticas de educação superior na América Latina, observa-se que existem, pelo menos, *três tipos básicos de estratégias de implantação do modelo neoliberal*.

O *modelo precursor é o chileno* que integra o conjunto de reformas iniciadas pelos *chicago-boys*, com o suporte do autoritarismo militar de Pinochet. O governo estabeleceu o fim da gratuidade no sistema público de universidades e implantou um sistema compensatório de bolsas, e, ao mesmo tempo, com políticas governamentais, o sistema privado expandiu-se fortemente. O primeiro governo democrático do Chile manteve a política anterior, mas introduziu controles sobre o sistema privado por meio da avaliação dos seus cursos. O financiamento estatal das universidades públicas regrediu a cerca de 25% do total do orçamento universitário e o restante deve ser buscado em outras fontes (mensalidade dos estudantes, pesquisas aplicadas e consultorias especialmente para o setor privado).

O *segundo modelo é o mexicano* que negocia sua dívida externa e torna-se o primeiro país da América Latina (depois do Chile) a adotar uma política de ajuste econômico, privatizações e de reforma do Estado. Embora a crise mexicana tenha encerrado o período de rápida expansão do sistema universitário público, os efeitos da crise de 1968 na Universidade Autônoma do México (UNAM) e a saturação da capacidade de expansão de sua principal universidade, levou à criação de uma nova instituição na capital federal: a Universidade Metropolitana do México (UAM). No processo de sua implementação, os dirigentes da UAM, sob a hegemonia das áreas das ciências duras⁸, estabeleceram os

mecanismos internos de avaliação da produtividade dos professores definindo uma tabela diferencial de carreira e salários. Esses mecanismos, internalizados e praticados internamente na UAM sob a influência de organismos internacionais (OCDE), constituíram-se numa estratégia antecipatória interna que serviram de experimento para que o governo federal pudesse estabelecer posteriormente uma política do mesmo tipo a ser aplicada ao conjunto do sistema universitário.

O modelo brasileiro é paradoxalmente original. O regime militar teve uma política para o ensino superior enquanto no Chile, Argentina e Uruguai os militares desmantelaram as universidades públicas. O sonho de criar um “Brasil-potência” fez com que os militares fossem sensíveis às propostas de setores do governo que se articularam com dirigentes e representantes da comunidade científica e universitária para definir políticas para a modernização da universidade e da ciência e tecnologia.

A reforma de 1968 e os substanciosos recursos oferecidos pelas agências de financiamento da pós-graduação e da pesquisa (CAPES, CNPq e FINEP), dentro de sucessivos Planos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, profissionalizaram o sistema universitário, com a implantação dos regimes de tempo integral e de dedicação exclusiva e, sobretudo, implementaram uma consistente política de pós-graduação, com a avaliação pelos pares sob a coordenação da CAPES.

Com recursos para pesquisa, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e um amplo sistema de bolsas de pós-graduação no país e no exterior e de iniciação científica para os alunos de graduação, a universidade pública modernizou-se, e a comunidade científica expandiu-se, gerando um crescimento sustentado das sociedades científicas, das associações de pós-graduação e pesquisa em ciências e humanidades.

Todos esses esforços conjugados certamente burocratizaram as universidades, transformadas em pesadas organizações, com complexo sistema de decisão corporativo, *mas*, ao mesmo tempo, modernizaram e qualificaram o sistema público de educação superior, colocando-o numa posição de liderança na América Latina.

O outro lado da moeda foi a *divisão de trabalho no campo do ensino superior* que se estabeleceu durante o regime militar. A universidade pública se qualificou, mas não se expandiu para atender à forte demanda por educação superior. *Minha hipótese é que tal fato resultou da conjugação entre o temor do governo militar com os efeitos políticos de uma universidade pública massificada ao estilo argentino ou mexicano e a posição de resistência de dirigentes e professores das universidades contra uma expansão que pusesse em risco os novos padrões de ensino pós-graduado associado à pesquisa.* Ao não planejar uma política de expansão do ensino privado, o MEC estimulou, com a conivência do Conselho Federal de Educação (CFE) e hoje do CNE, a fragmentação do ensino privado, fazendo que os níveis de exigência para a criação de universidades fossem aviltados pela disseminação descontrolada de “empresas educacionais”, cuja baixa qualidade média está a desafiar os sucessivos governos da Nova República.

A dinâmica das tensas relações entre governo e universidades públicas tem se manifestado, não só no Brasil, mas também nos países desenvolvidos e latino-americanos, como resultante de ações governamentais restritivas à forte expansão das universidades decorrente do crescimento demográfico. O pós-guerra favoreceu a massificação das instituições de educação superior, fazendo com que as universidades perdessem seu caráter elitista tradicional, transformando-as em organizações burocráticas e complexas.

Reinventar a forma da universidade

Com a crise econômica dos anos 80, os governos dos países desenvolvidos reduziram o ritmo de expansão das universidades, mantendo, no entanto, níveis aceitáveis de financiamento público. A grande exceção foi a Inglaterra que, a partir de 1981 desenvolveu as drásticas políticas educacionais que se transformaram em modelo neoliberal de referência. A partir de então, se estabelece um grande divisor de águas: de um lado, os governos que se inspiram no modelo thatcheriano, ou/e, mais tarde, se submetem às pressões do Banco Mundial; e de outro lado, os que buscam, apesar da crise fiscal do Estado, manter adequadamente, um sistema de avaliação voltado para a melhoria da qualidade acadêmica, níveis satisfatórios de investimentos para infra-estrutura, equipamentos para laboratórios e financiamento competitivo para pesquisa.

Este é o principal desafio a ser enfrentado: compreender as diferentes dinâmicas universitárias e avaliar as políticas governamentais para buscar novos caminhos. Esta é uma tarefa urgente e uma exigência acadêmica e política. A comunidade universitária e seus dirigentes têm que se mobilizar para debater amplamente a questão e propor alternativas que tornem possível a reforma necessária para garantir o futuro da universidade.

Em nome do salutar corporativismo universitário, que garante a liberdade acadêmica das injunções do poder religioso, político ou econômico, nacional ou internacional, indissociável da idéia de autonomia, não se pode mais retardar a reforma universitária. Tornou-se inadiável que todos os segmentos da comunidade universitária saiam do imobilismo propondo alternativas. Não basta a mera resistência e a postura defensiva.

Elas podem conduzir a um dos objetivos dos governos latino-americanos: tornar obsoletas as estruturas atuais, legitimar a privatização interna, manter a comunidade universitária sob pressão permanente por meio da precarização do espaço público e expandindo o setor privado, o que significaria a hegemonia plena das “políticas salvadoras” neoliberais.

É preciso compreender plenamente a advertência de um lúcido sociólogo: “*Numa sociedade desencantada, o reencantamento da universidade pode ser uma das vias de simbolizar o futuro. (...) Tal papel é uma microutopia. Sem ela, a curto prazo, a universidade só terá curto prazo*”.⁹

Notas

¹ Simon Schwartzman – A revolução silenciosa da educação superior, Seminário “O sistema de ensino superior brasileiro em transformação”, São Paulo, NUPES, março 2000.

² João Batista Oliveira, “Modelo superado”, FSP, 15/6/1998. Para resolver a contradição o nosso “consultor internacional” considera que “o erro de base consiste no chamado princípio, só existente no Brasil, da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão”. Se é verdade que a reforma universitária do governo militar, em 1968, impôs *legalmente* a indissociabilidade, o fato é que sem ela os pesados recursos investidos em pós-graduação e em ciência e tecnologia não teriam transformado o sistema público de educação superior brasileiro no melhor da América Latina.

³ Roberto Rodrigues Gómez, Educación superior y desarrollo en América Latina: un ensayo de interpretación, in Jorge Balan, op.cit, p.46.

⁴ Alfredo Errandonea, La universidad en la encrucijada: hacia un otro modelo de Universidad, Montevideo, Edit.Nordon-Comunidad, 1998; Luiz Carlos Menezes, Universidade Sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira, S.Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000; José Dias Sobrinho e Dilvo I.Ristoff, Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência, Florianópolis, RAIES/Edit.Insular, 2000; Hélgio Trindade (org), Universidade em ruínas na república dos professores”, Editora Vozes/Cipedes, 3^ª edição, 2001.

5 Jorge Balan – “Políticas de educación superior: los desafios del futuro”, in Jorge Balan (Coord), Políticas de reforma de la educación superior y la universidad latinoamericana hacia en final del milenio”, Cuernavaca, UNAM/ CESS, 2000, p.13.

6 Roberto Rodrigues Gómez, op.cit. 25 e 49.

7 Luiz Yarzabal – Impactos del Neoliberalismo sobre a Educacion Superior en América Latina, in Avaliação, Ano 6, Vol.6, n° 1 (19), Separata CIPEDDES, Março de 2001, p.13.

8 Vide Miguel Angel Casillas Alvarado, *La récomposition du champ universitaire au México*, Mexico,, EHESS, Tese de Doutorado em Sociologia, Paris, juin-2001.

9 Boaventura dos Santos – Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade, Porto. Edit. Afrontamento, 1994, p. 200.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* "é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil". É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy